



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

Programa Analítico de Disciplina

DIR375 Direito Processual do Trabalho

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Número de créditos: 4		<u>Teóricas</u>	<u>Práticas</u>	<u>Total</u>
Duração em semanas: 15	Carga horária semanal	3	1	4
Períodos - oferecimento: I e II	Carga horária total	45	15	60

Pré-requisitos (Pré ou co-requisitos)*

DIR340

Ementa

Teoria geral do direito processual do trabalho. Jurisdição e organização judiciária trabalhista. Competência da justiça do trabalho. Do processo na justiça do trabalho. Processo Trabalhista: Fase postulatória. Processo trabalhista: Fase instrutória. Processo trabalhista: Fase decisória.

Oferecimento aos Cursos

Curso	Modalidade	Período
Direito	Obrigatória	7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

DIR375 Direito Processual do Trabalho

Seq	Aulas Teóricas	Horas/Aula
1	<p>Teoria geral do direito processual do trabalho</p> <p>1.1. História e evolução da justiça do trabalho no brasil</p> <p>1.2. Autonomia do direito processual do trabalho</p> <p>1.2.1. Aplicação subsidiária do direito processual civil</p> <p>1.2.2. As recentes reformas da CPC e o direito processual do trabalho</p> <p>1.3. Princípios do direito processual do trabalho</p> <p>1.3.1. Princípios gerais do direito processual</p> <p>1.3.2. Princípios comuns do direito processual civil e do direito processual do trabalho</p> <p>1.3.3. Princípios peculiares do direito processual do trabalho</p>	5
2	<p>Jurisdição e organização judiciária trabalhista</p> <p>2.1. Jurisdição trabalhista</p> <p>2.1.1. Métodos de solução dos conflitos trabalhistas</p> <p>2.1.2. Acesso individual, coletivo e metaindividual à justiça trabalhista</p> <p>2.2. Organização da justiça trabalhista</p> <p>2.2.1. Garantias da magistratura do trabalho</p> <p>2.2.2. Órgãos da justiça do trabalho</p> <p>2.2.2.1. Tribunal Superior do Trabalho</p> <p>2.2.2.2. Tribunais Regionais do Trabalho</p> <p>2.2.2.3. Varas do trabalho</p> <p>2.3. Ministério Público do Trabalho</p> <p>2.3.1. O Ministério Público na Constituição de 1988</p> <p>2.3.2. A Lei Complementar nº 75/93 e o Ministério Público do Trabalho</p> <p>2.3.3. Formas de atuação do Ministério Público do Trabalho</p>	8
3	<p>Competência da justiça do trabalho</p> <p>3.1. Competência e jurisdição</p> <p>3.2. Competência da Justiça do Trabalho após a Emenda Constitucional n. 45/2004</p> <p>3.3. Competência em razão da matéria</p> <p>3.3.1. Ações oriundas das relações de emprego e de trabalho</p> <p>3.3.2. Ações envolvendo o exercício do direito de greve e sobre representação sindical</p> <p>3.3.3. Mandado de segurança, habeas corpus e habeas data</p> <p>3.3.4. Ações de indenização por danos moral e material</p> <p>3.3.5. Penalidades administrativas impostas ao empregador pelos órgãos de fiscalização do trabalho</p> <p>3.3.6. Execução de ofício das contribuições previdenciárias</p> <p>3.4. Competência em razão do lugar</p> <p>3.5. Modificações de competência</p>	8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

4	<p>Do processo na justiça do trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">4.1. Atos processuais<ul style="list-style-type: none">4.1.1. Comunicação dos atos processuais4.1.2. Termos processuais4.1.3. Prazos processuais4.1.4. Despesas processuais4.2. Partes e procuradores<ul style="list-style-type: none">4.2.1. Capacidade para ser parte na Justiça do Trabalho4.2.2. Representação e assistência4.2.3. Jus postulandi da parte na Justiça do Trabalho4.2.4. Sucessão processual4.2.5. Substituição processual4.3. Tipos de procedimento no processo da trabalho<ul style="list-style-type: none">4.3.1. Procedimento comum<ul style="list-style-type: none">4.3.1.1. Procedimento ordinário4.3.1.2. Procedimento sumário4.3.1.3. Procedimento sumaríssimo4.3.2. Procedimentos especiais4.3.3. O procedimento no processo do trabalho após a Emenda Constitucional n. 45/2004.	6
5	<p>Processo Trabalhista: Fase postulatória</p> <ul style="list-style-type: none">5.1. Petição inicial trabalhista<ul style="list-style-type: none">5.1.1. Requisitos da petição inicial trabalhista5.1.2. Emenda e adiantamento da petição trabalhista5.1.3. Indeferimento da petição inicial trabalhista5.2. Audiência trabalhista<ul style="list-style-type: none">5.2.1. Audiência una, inaugural e de instrução de julgamento5.2.2. Comparecimento das partes e do advogado5.2.3. Conciliação na Justiça do Trabalho5.2.4. Revelia no Direito Processual do Trabalho5.3. Resposta do réu<ul style="list-style-type: none">5.3.1. Espécies de resposta do réu<ul style="list-style-type: none">5.3.1.1. Contestação5.3.1.2. Exceções5.3.1.3. Reconvenção	6
6	<p>Processo trabalhista: Fase instrutória</p> <ul style="list-style-type: none">6.1. Conceito, finalidade e objeto da prova6.2. Princípios da prova6.3. Ônus da prova<ul style="list-style-type: none">6.3.1. Inversão do ônus da prova6.3.2. Confissão6.3.3. Prova documental6.3.4. Prova pericial6.3.5. Inspeção Judicial6.4 Distribuição do ônus da Prova	6
7	<p>Processo trabalhista: Fase decisória</p>	6



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">7.1. Continuação da audiência trabalhista<ul style="list-style-type: none">7.1.1. Razões finais7.1.2. Conciliação pré-decisória7.2. Sentença trabalhista<ul style="list-style-type: none">7.2.1. Classificação das sentenças trabalhistas7.2.2. Requisitos essenciais da sentença trabalhista7.2.3. Possibilidade de julgamento extra petita ou citra petita7.3. Coisa julgada<ul style="list-style-type: none">7.3.1. Coisa julgada material e formal7.3.2. Relativização da coisa julgada material7.3.3. limites objetivos e subjetivos da coisa julgada | |
|---|--|



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

DIR375 Direito Processual do Trabalho

DIR375 Direito Processual do Trabalho

Seq	Aulas Práticas	Horas/Aula
1	Técnicas de Redação da Petição Inicial e das Respostas do Réu	6
2	Pesquisa Jurisprudencial sobre a distribuição do ônus da prova na Justiça do Trabalho	3
3	Acompanhamento de Audiências Trabalhistas	6



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

DIR375 Direito Processual do Trabalho

Referências Bibliográficas

Bibliografia Básica:

- 1 - ALMEIDA, Cléber Lúcio de. Direito processual do trabalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.
[Exemplares disponíveis: 2]
- 2 - GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito processual do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
[Exemplares disponíveis: 2]
- 3 - LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2013.
[Exemplares disponíveis: 4]
- 4 - SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2008. [Exemplares disponíveis: 1]

Bibliografia Complementar:

- 5 - ALMEIDA, Cléber Lúcio de. Abuso do direito no processo do trabalho. Belo Horizonte: Inédita, 2000.
[Exemplares disponíveis: 1]
- 6 - GIGLIO, Wagner D. (Coord.). Processo do trabalho na América Latina: estudos em homenagem a Alcione Niederauer Correa. São Paulo: LTr, 1992.
[Exemplares disponíveis: 1]
- 7 - GIGLIO, Wagner. Direito processual do trabalho. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. [Exemplares disponíveis: 1]
- 8 - MENEZES, Cláudio Armando Couce de. Direito processual do trabalho: recentes alterações do CPC, temas atuais. São Paulo: LTr, 1996.
[Exemplares disponíveis: 1]
- 9 - NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. [Exemplares disponíveis: 2]
- 10 - OLIVEIRA, Francisco Antônio de. Manual de audiências trabalhistas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
[Exemplares disponíveis: 1]
- 11 - SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça e procedimento oral. São Paulo: LTr, 1998.
[Exemplares disponíveis: 1]
- 12 - SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Petição inicial: no processo civil, no processo do trabalho. São Paulo: LTr, 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI O ORIGINAL

[Exemplares disponíveis: 1]